

Cadernos Macambira
V. 5, Nº 2, 2020. Página 47 de 448. ISSN 2525-6580
Anais do I Congresso Internacional Online de Educação Profissional, Territórios e Resistências - I CIEPTER – 21 a 30 de setembro de 2020.
Serrinha, BA, Laboratório de Políticas Públicas, Ruralidades e Desenvolvimento Territorial – LaPPRuDes
http://revista.lapprudes.net/

Grupo de Diálogo 1: Educação Profissional e Tecnológica, Comunidades e Extensão Popular

Leitura freiriana do projeto comida e saúde em tempos de coronavírus

Aline dos Santos Lima, IF Baiano *Campus* Santa Inês, aline.lima@ifbaiano.edu.br;
Angela Andrade Calhau, IF Baiano *Campus* Santa Inês, calhau_83@hotmail.com;
Edilene Jesus Souza Santana Souza, IF Baiano *Campus* Santa Inês, ennaurbana@hotmail.com;
Loíse Leal da Hora Silva, IF Baiano *Campus* Santa Inês, amoregentil@gmail.com;
Maíra Vitória Moreira dos Santos, IF Baiano *Campus* Santa Inês, moreiravitoria35@gmail.com;

Palavras-chave: Educação Profissional e Tecnológica, Comunidades e Extensão Popular.

INTRODUÇÃO

A pandemia causada pela doença do coronavírus 19 (COVID-19) tem acirrado as desigualdades socioespaciais no mundo, sobretudo nos países periféricos. Diante desse contexto, as instituições que defendem a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão buscaram formas para enfrentar esse cenário. Nesta linha, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano (IF Baiano) publicou o Edital 52/2020/IF Baiano/PROEX/PROPES para selecionar/financiar projetos de extensão tecnológica, pesquisa e inovação que objetivassem o enfrentamento da pandemia causada pelo novo coronavírus.

Nesse bojo, aprovamos o Projeto Comida e Saúde em Tempos de *Coronavírus,* cujo objetivo foi organizar uma rede de abastecimento alimentar para famílias em situação de vulnerabilidade em municípios do Vale do Jiquiriçá. O Projeto foi realizado, entre maio e agosto de 2020, através da execução de sete ações interdependentes: 1) formação da equipe executora a partir dos princípios da segurança e da soberania alimentar; 2) levantamento, cadastro e mapeamento de famílias em situação de vulnerabilidade social; 3) identificação e mapeamento de agricultores familiares que produzem alimentos isentos de agrotóxicos; 4) aquisição de alimentos saudáveis e de máscaras para distribuição às famílias cadastradas; 5) distribuição dos alimentos; 6) divulgação das ações; 7) mobilização de uma rede intermunicipal autossustentável para apoiar as famílias enquanto continuar a pandemia.

Nesses termos, o presente relato de experiência tem como objetivo problematizar a execução do Projeto em tela sob a perspectiva freiriana. Um relato de experiência é compreendido como o exercício de pensar criticamente sobre a prática educativa realizada, seja o ensino, a pesquisa e/ou a extensão. Em outras palavras, um relato de experiência é a interpretação crítica do processo educativo vivido a partir de três aspectos: a) concepção, ou seja, "o porquê, o para quê, onde, com quem, valores que se deseja construir, teoria, conceitos"; b) execução, que compreende "o como, o que foi feito, onde, atores envolvidos"; c) e a experimentação que significa os "desafios enfrentados, que expectativas iniciais foram superadas, aprendizagens, saberes construídos e compartilhados, fatores que interferiram no processo e possíveis relações entre eles, o que o processo ensinou para outras práticas" (I CIEPTER, 2020). Para tanto, será feita uma breve digressão sobre a prática educativa na perspectiva freiriana e, em seguida, a apresentação, descrição e considerações sobre o Projeto Comida e Saúde em Tempos de *Coronavírus* à luz da tríade concepção-execução-experimentação.

PRÁTICA EDUCATIVA NA PERSPECTIVA FREIRIANA

Na perspectiva freiriana, não existe educação, mas educações, ou seja, "formas diferentes de os seres humanos partirem do que são para o que querem ser". As várias educações podem ser resumidas em duas: a) a bancária, em linhas gerais, aquela formulada pelos que tem projeto de dominação e cujo resultado é a formação de outras pessoas alienadas e oprimidas; b) e a libertadora, aquela desenvolvida pelos que querem a libertação de toda humanidade e cujo propósito é que as pessoas se tornem mais conscientes (ROMÃO, 2010, p. 224).

Defendemos as educações libertadoras como um processo permanente através do qual os sujeitos se reconhecem como inacabados e conscientes de sua inconclusão. Conscientes de nossa inconclusão, propusemos uma prática educativa no Território de Identidade Vale do Jiquiriçá. Toda prática educativa demanda a existência de sujeitos e de objetos e envolve o uso de métodos definidos em função de um objetivo. Nos termos de Freire (1996, p. 28), a prática educativa demanda a existência de "sujeitos, um que, ensinando, aprende, outro que, aprendendo, ensina" e de objetos "conteúdos a serem ensinados e aprendidos", além de envolver o "uso de métodos, de técnicas, de materiais (...) em função de seu caráter *diretivo*, objetivo, sonhos, utopias, ideais".

Neste sentido, a prática educativa que se defende é aquela assentada na perspectiva freiriana. Em outras palavras, é a prática educativo-crítica ou progressista possível a partir da busca incessante do inédito viável. O inédito viável é a crença no sonho possível e na utopia em face de uma estrutura social que impõe barreiras ou problemas (situações-limites) para mulheres e homens. Para alguns, as situações-limites, ou seja, os problemas, são questões que não podemos transpor. Outros a percebem como algo que não querem transpor. Outros, ainda, sabem que as barreiras existem e que precisam ser rompidas e, nesta linha, se empenham na sua superação. Aquelas e aqueles que se empenham em transpor as barreiras/problemas, precisam construir ações (atos-limites) capazes de romper as situações-limites (FREIRE, 1992). O que segue é o relato de uma experiência de ato-limite a partir do Projeto Comida e Saúde em Tempos de *Coronavírus* de *coronavírus*.

PROJETO COMIDA E SAÚDE EM TEMPOS DE *CORONAVÍRUS*: CONCEPÇÃO, EXECUÇÃO E EXPERIMENTAÇÃO (EM PROCESSO)

A concepção do Projeto Comida e Saúde em Tempos de *Coronavírus* é freiriana e está calcada na perspectiva de que ensinar "não é *transferir conhecimento*, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção" (FREIRE, 1996, p. 12). Contudo, "não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino (...) ensino porque busco, porque indaguei, porque indago e me indago. Pesquiso para constatar, constatando, intervenho, intervindo educo e me educo" (FREIRE, 2002, p. 14).

Ao considerarmos que a educação "não é a transferência de saber, mas um encontro de sujeitos" (FREIRE, 1983, p. 46) também compreendemos que fazer extensão não pode ser uma ação de estender algo ou alguma coisa – como o conhecimento e/ou técnicas – até/para alguém. Em outras palavras, educar e educar-se na prática da liberdade "não é estender algo desde a 'sede do saber', até a 'sede da ignorância' para 'salvar', com este saber" (FREIRE, 1983, p. 15).

A partir da obra *Comunicação ou extensão?* – na qual Paulo Freire faz uma leitura crítica acerca do trabalho feito por agrônomos na extensão agrícola latino-americana (GUTIÉRREZ, 2010) – aprendemos que a ação extensionista não pode ser sinônimo de invasão cultural, através da qual pesquisadores e/ou professores executam atividades que transformam os homens e as mulheres em "coisa", negando-lhes a condição de "ser de transformação do mundo" (FREIRE, 1983, p. 13).

Por isso, na obra, a defesa é pelo diálogo comunicativo, pois, dessa forma, não há sujeitos passivos. Assim, "educação é comunicação, é diálogo, na medida em que não é a transferência de saber, mas um encontro de sujeitos interlocutores que buscam a significação dos significados" (FREIRE, 1983, p. 45; 46).

Com tais pressupostos, a equipe proponente do Projeto – formada por oito mulheres, das quais cinco são autoras desse trabalho[1], cientes que pouco sabem e em diálogo com aqueles que pensam que nada sabem (FREIRE, 1983) – se debruçou numa prática educativa cujo relato está centrado em três eixos: a concepção, a execução e a experimentação.

A concepção do Projeto, ou seja, a teoria e os conceitos que expressam os valores das proponentes não estavam definidos, mas partiram dos conceitos de soberania e segurança alimentar. O conceito de segurança alimentar tem gerado diversos debates pelo seu caráter polissêmico, ou seja, é um "tema controverso no meio acadêmico, mas também no mundo político e dos negócios, a Segurança Alimentar, não raro, provoca tumultos insuflados pelo calor das paixões ou pela frieza das ideologias" (ALEM, *et al*, 2015, p. 2-3). Para Stedile & Carvalho (2012), segurança alimentar pode ser compreendida como uma política pública construída por governos de vários países e que parte do princípio de que todas as pessoas têm direito à alimentação, sendo um dever do Estado prover recursos para que as pessoas tenham esse direito garantido.

Segundo Custódio *et al* (2011), o conceito de segurança alimentar surgiu no século XX na Europa e dizia respeito a capacidade de cada nação produzir seus próprios alimentos, em razão da preocupação de possíveis situações de vulnerabilidades. Já para Alem *et al* (2015, p. 14), "acreditava-se na perspectiva da disponibilidade, que para obter a Segurança Alimentar, bastava encontrar o nível adequado da oferta de alimentos que atendesse à necessidade da população". Entretanto, apesar de todas essas reflexões e da certeza da disponibilidade de alimentos, a fome ainda é uma realidade para muitos sujeitos, haja vista que embora seja evidente o crescimento da produtividade no campo "parte dos excedentes agrícolas gerados atualmente são *commodities*" (RIGOTTO & ROSA, 2012, p. 89).

[1] Além das autoras do texto, o Projeto em tela contou com a participação das seguintes parceiras voluntárias: Aila Cristina Costa de Jesus, Lindilane Souza de Brito (ingressou na equipe na fase de execução) e Maria de Lourdes Carneiro da Rocha.

Já o conceito de soberania alimentar, surgiu mais recentemente, "em 1996, pela Via Campesina Internacional, no contexto da Cúpula Mundial sobre a Alimentação (CMA), realizada em Roma pela FAO" (STEDILE & CARVALHO, 2012, p. 721). A soberania alimentar se constitui como um conceito mais amplo que a da segurança alimentar "pois parte do princípio de que, para ser soberano e protagonista do seu próprio destino, o povo deve ter condições, recursos e apoio necessários para produzir seus próprios alimentos" (STEDILE & CARVALHO, 2012, p. 717).

Neste sentido, pode-se afirmar, de acordo com Hoyos & D'Agostini (2017, p. 189) "as propostas de Segurança e Soberania Alimentar exigem, de forma diferenciada, condições políticas e econômicas prévias para a sua conquista". Foi, portanto, esses conceitos que, inicialmente, direcionaram nossa prática educativa. Mas, ao longo do processo, o conceito de soberania alimentar tomou centralidade, pois denota uma perspectiva contra hegemônica e, por isso, passou a nos mover como objetivo, sonho, utopia e ideal nos fazendo observar como a prática educativa pode ser política, como diria Freire (1996, p. 28), "daí a sua *politicidade*, qualidade (...) de ser *política*, de não poder ser neutra".

Outro aspecto inerente a concepção de nossa prática educativa foi a motivação, ou melhor, "o porquê, o para quê, onde, com quem" (I CIEPTER, 2020). Tais aspectos estavam relacionados a realidade concreta do Território de Identidade Vale do Jiquiriçá[1], recorte espacial que agrega vinte municípios e reúne 301.682 habitantes, sendo que 174.633 vivem na cidade (55%) e 127.049 vivem no campo (45%) (IBGE, 2010).

Dentre os municípios da região, destacamos Jiquiriçá. Distante 40km do *Campus* Santa Inês, Jiquiriçá possui uma população de 14.118 pessoas, sendo que 5.581 vivem na cidade (39,6%) e 8.537 vivem no campo (60,4%) (IBGE, 2010). Outro dado interessante, embora ruim, é que este município tem uma das piores rendas *per capita* da região, com R$ 5.901,84[2] (IBGE, 2014). Ademais, 52,4% da sua população tem rendimento nominal mensal *per capita* de até meio salário

[1] O Território de Identidade Vale do Jiquiriçá é um recorte espacial formado por 20 municípios baianos, são eles: Amargosa, Brejões, Cravolândia, Elísio Medrado, Irajuba, Itaquara, Itiruçu, Jaguaquara, Jiquiriçá, Lafaiete Coutinho, Laje, Lajedo do Tabocal, Maracás, Milagres, Mutuípe, Nova Itarana, Planaltino, Santa Inês, São Miguel das Matas e Ubaíra (SEPLAN, 2015).

[2] No que se refere a pior rendas *per capita* da região, Jiquiriçá só está à frente de Planaltino, com renda per capita de R$ 5.402.46; Santa Inês com renda *per capita* de R$ 5.009,51; e Nova Itarana com renda *per capita* de R$ 4.876,29 (IBGE, 2014).

mínimo[1] (IBGE, 2010). Esses dados são corroborados quando se verifica, que o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) desse ente federativo é 0,553 o que o faz ocupar a 361° posição se comparado com o universo dos 417 municípios baianos[2].

Esses aspectos foram determinantes para a seleção de Jiquiriçá, pois a intenção era a de que o Projeto fosse realizado em um município cujos indicadores expressassem situação de vulnerabilidade social e, ao mesmo tempo, possuísse número significativo de estudantes matriculados nos Cursos de Licenciatura do *Campus* Santa Inês[3] – já que as atividades que seriam realizadas demandariam a participação discente de forma voluntária. Contudo, ao longo da execução, incorporamos, também, o município de Ubaíra, pois se identificou famílias que precisavam de apoio e de acesso a alimentos saudáveis. A execução do Projeto, ou melhor, "o como, o que foi feito, onde, atores envolvidos" (I CIEPTER, 2020), concretizou, no âmbito do IF Baiano *Campus* Santa Inês, a indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão, o que ocorreu do seguinte modo:

a) Atividades de ensino: i) através do processo de ensino-aprendizagem nas relações internas da equipe executora; ii) troca de sabres entre a equipe executora, os parceiros (agricultores organizados na Associação/Sindicato e integrantes da Casa Ama) e as famílias beneficiadas com o Projeto.

No que tange ao processo de ensino-aprendizagem da equipe executora, destacamos seu processo formativo. Este ocorreu a partir do levantamento, seleção e leitura de obras indicadas pelas integrantes, além da produção de resumos/textos para publicação e apresentação em eventos científicos. Após a seleção e a leitura de textos relacionados ao tema do Projeto, realizamos cinco ciclos de estudos, denominados como "Dias de estudo na quarentena" (Quadro 1). Esse processo formativo colaborou, também, para a divulgação das ações do Projeto e para a mobilização de uma rede intermunicipal para apoiar as famílias em situação de vulnerabilidade social enquanto durar a pandemia.

[1] No que se refere ao percentual da população com rendimento nominal mensal *per capita* de até meio salário mínimo, Jiquiriçá só está à frente de Nova Itarana, com 57,5%; Itaquara, com 55,2%; Brejões, com 53%; Laje, com 53%; e São Miguel das Matas, com 52,78% (IBGE, 2010).
[2] No que se refere ao pior IDH-M do Vale, Jiquiriçá só está à frente de Nova Itarana, com o Índice de 0,524 e ocupando a 409° posição em relação a Bahia (IBGE, 2010).
[3] O IF Baiano *Campus* Santa Inês possui dois cursos de licenciatura: Ciências Biológicas e Geografia. No semestre em curso (2020.1), a Licenciatura em Ciências Biológicas possui 166 estudantes, sendo que 17 são oriundos de Jiquiriçá (10,2%). Já a Licenciatura em Geografia possui 196 estudantes, sendo que 24 são oriundos de Jiquiriçá (12,2%).

Quadro 1 – Programação dos "Dias de estudo na quarentena" (2020).

Data	Tema
19 de junho	A questão alimentar no Brasil – segurança alimentar e nutricional: uma nova abordagem. Autor: Newton Narciso Gomes Júnior
10 de julho	Geografia da fome: o dilema brasileiro: pão ou aço. Autor: Josué de Castro
16 de julho	A crise do paradigma do agronegócio e as lutas pela agroecologia. Autor: CARNEIRO, Fernando Ferreira *et al*
30 de julho	Agrotóxicos, saúde humana e os caminhos do estudo epidemiológico. Autora Islene Ferreira Rosa *et al*
31 de agosto	Soberania alimentar. Autores: João Pedro Stedile e Horácio Martins de Carvalho

ELABORAÇÃO: Aline dos Santos Lima.

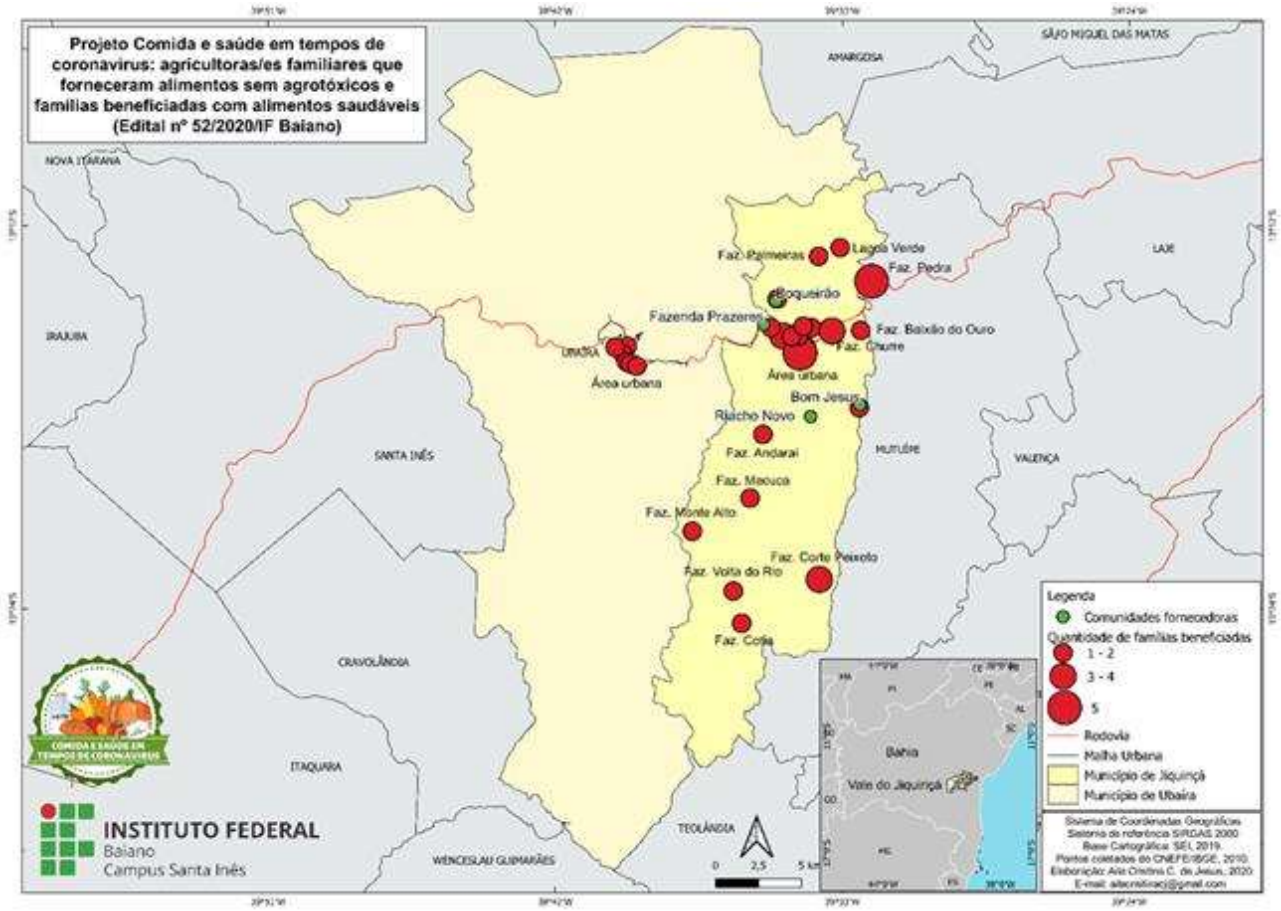
b) Atividades de pesquisa: a) levantamento de dados secundários sobre a realidade do Vale do Jiquiriçá antes e durante a execução do Projeto; ii) levantamento e sistematização de dados primários sobre as famílias beneficiadas e os agricultores familiares que forneceram os alimentos saudáveis; iii) todo o processo necessário para georreferenciar e elaborar a representação espacial das ações do Projeto;

Para realização dessas atividades, foi fundamental o engajamento da equipe executora – ou seja, das discentes, egressas e integrantes do Grupo de Estudos Negros (GENE) e do Grupo de Pesquisa em Questões Agrárias do IF Baiano – NEQA/CNPq, assim como a parceira com a Associação de Amparo à Criança e Adolescente do Vale do Jiquiriçá, conhecida como Casa Ama e localizada no município de Jiquiriçá.

Para o levantamento das famílias em situação de vulnerabilidade social (Figura 1), a participação e o apoio da Casa Ama foram imprescindíveis, especialmente por conta da experiência de duas décadas no atendimento de crianças e adolescentes em condição de vulnerabilidade social e/ou laço familiar rompido e com projetos socioeducativos na região. As parceiras da Casa Ama também colaboraram intermediando o contato da equipe executora com os agricultores familiares que produzem alimentos saudáveis e que integram a Associação dos Moradores do Corte Peixoto e Bom Jesus (AMCPBJ) e o Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (SINTRAF) de Jiquiriçá (Figura 1).

Cadernos Macambira
V. 5, Nº 2, 2020. Página 54 de 448. ISSN 2525-6580
Anais do I Congresso Internacional Online de Educação Profissional, Territórios e Resistências - I CIEPTER – 21 a 30 de setembro de 2020.
Serrinha, BA, Laboratório de Políticas Públicas, Ruralidades e Desenvolvimento Territorial – LaPPRuDes
http://revista.lapprudes.net/

Figura 1 – Projeto Comida e Saúde em Tempos de *Coronavírus*: agricultores familiares que forneceram alimentos sem agrotóxicos e famílias beneficiadas com alimentos saudáveis.



É importante registrar que o levantamento de dados, tanto sobre as famílias em situação em vulnerabilidade quanto sobre os agricultores familiares camponeses que produzem sem agrotóxicos, servirão para fundamentar outras ações de ensino-pesquisa-extensão. O diferencial é que o contato prévio, possibilitado pelo Projeto em tela, permitirá o aprimoramento de pesquisas já em curso, assim como subsidiará a construção/submissão de outros projetos de extensão em editais internos/externos de forma mais qualificada, ou seja, com mais aderência ao que propõe Paulo Freire sobre a extensão enquanto coparticipação e reciprocidade[1].

c) Atividades de extensão: a) realização dos "Dias de estudo na quarentena", cuja programação

[1] Neste sentido, é importante registrar que a autora Aline dos Santos Lima, juntamente com outros servidores do *Campus* Santa Inês, está submetendo uma proposta na Chamada CNPq/MCTI n°. 23/2020 com o objetivo de promover a transição agroecológica e a aquisição dos produtos isentos de agrotóxicos através do Projeto Bocapio: conduzindo sustentabilidade pelo Vale do Jiquiriçá (se aprovado). Por outro lado, a autora Maíra Vitória Moreira dos Santos está construindo o projeto de pesquisa de seu trabalho de conclusão de curso em Geografia sobre as dinâmicas da agricultura familiar camponesa na comunidade de Velhinhas, no município de Jiquiriçá.

foi amplamente divulgada para a comunidade acadêmica e externa ao *Campus* Santa Inês e que aconteceu no ambiente virtual; ii) entrevistas e participação da equipe executora na programação da Rádio Prazeres FM, localizada na cidade de Jiquiriçá, com o propósito de informar a comunidade sobre o Projeto; iii) distribuição das cestas com alimentos saudáveis.

Como já sinalizado, nessa etapa, buscamos nos distanciar da concepção de extensão como atividade na qual o extensionista induz determinado ponto de vista e/ou comportamento. Esse problema é, de acordo com Paulo Freire, gnosiológico, pois as relações do homem-mundo, constitutivas do conhecimento humano, são figuradas a partir da extensão, pois ela tem velada a ação de transferir, de entregar, de depositar algo em alguém, ou seja, destacar dentro de si uma conotação indiscutivelmente mecanicista (FREIRE, 1983).

Com Paulo Freire, aprendemos que o ato cognoscitivo não existiria sem a relação comunicativa entre sujeitos cognoscentes em torno do objeto cognoscível. A relação gnosiológica, em razão disso, não encontra seu significado no objeto conhecido. Por meio da intersubjetividade, se estabelece a comunicação entre os sujeitos a propósito do objeto (FREIRE, 1983, p. 44). Assim sendo, para que exista um ato de conhecimento, é fundamental uma relação dialógica entre os sujeitos pensantes e sua respectiva coparticipação, ou, segundo as suas próprias palavras, “não há um ‘penso’, mas um ‘pensamos’. É o “pensamos” que estabelece o “penso” e não o contrário” (FREIRE, 1983, p. 45).

Em meio a esse processo fizemos a aquisição de alimentos saudáveis e de máscaras para distribuição as famílias. Foram cadastradas 50 famílias do município de Jiquiriçá e da cidade de Ubaíra, totalizando 226 pessoas atendidas com uma cesta com alimentos saudáveis e máscara de proteção artesanal distribuídas nas vésperas do São João (Figura 2), período muito importante no calendário festivo da região Nordeste do Brasil pelo caráter religioso e cultural de resgate as raízes nordestinas.

Além dos alimentos e das máscaras, as famílias receberam álcool 70% e sabão líquido. Os dois últimos itens foram produzidos por docentes e discentes *Campus* Santa Inês que integram, respectivamente, o Núcleo de Estudo e Pesquisa em Microbiologia Geral e Avançada (NEMA) e o Centro de Educação Ambiental (CEA). Estes grupos também aprovaram projetos no Edital 52/2020, a saber: “Projeto de intervenção: promoção de ações práticas de saúde e educação nas

Cadernos Macambira
V. 5, Nº 2, 2020. Página 56 de 448. ISSN 2525-6580
Anais do I Congresso Internacional Online de Educação Profissional, Territórios e Resistências - I CIEPTER – 21 a 30 de setembro de 2020.
Serrinha, BA, Laboratório de Políticas Públicas, Ruralidades e Desenvolvimento Territorial – LaPPRuDes
http://revista.lapprudes.net/

comunidades vulneráveis do município de Santa Inês-BA no combate ao COVID-19" (NEMA) e "Prevenção a COVID-19 através da produção de sabão líquido a partir de óleo de descarte para distribuição a famílias carentes do município de Santa Inês" (CEA).

Figura 2 – Projeto Comida e Saúde em Tempos de *Coronavírus:* cestas com alimentos saudáveis:



AUTORIA: Maíra Vitória Moreira dos Santos.

Cabe ressaltar a importância da educação amparada nos projetos de pesquisa e extensão, pois rompe com as barreiras da educação apenas no campo formal da teoria e nos coloca diretamente em contato com saberes e especificidades diferentes que nos ajuda a construir uma noção de sociedade mais justa e solidária, coadunando, portanto, com perspectiva freiriana de que educação não transforma o mundo, antes, muda as pessoas que buscará por essa transformação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A tríade concepção-execução-experimentação, que sustenta um relato de experiência proposto como crítico, se completa na medida em que refletimos sobre os desafios enfrentados na prática educativa realizada. Atrelado a isso é preciso considerar a superação (ou não) das expectativas iniciais, as aprendizagens construídas e compartilhadas, os fatores que interferiram no processo com vistas a responder a seguinte questão: "o vivido refletiu o pretendido/concebido ou deste se distanciou?" (I CIEPTER, 2020).

Para começar o final dessa reflexão, é fundamental salientar que o vivido foi inspirado na solidariedade construída na práxis cotidiana dos povos subalternizados, o que pode ser qualificado

em expressões como ajuda mútua, espontaneidade e reciprocidade – práticas construídas no devir através das conversas, dos debates e das decisões.

No Projeto em tela, o vivido expressou muito mais do que o pretendido. Para além da quantificação – proporcionada pela prática educativa de: a) ensino, por meio: da leitura dos 5 textos/obras que versavam, direta e indiretamente, sobre a temática da soberania e da segurança alimentar; b) pesquisa, através: do levantamento de dados primários das 50 famílias em situação de vulnerabilidade social e dos 10 agricultores familiares camponeses que forneceram os alimentos; da sistematização de dados secundários sobre a realidade do Vale do Jiquiriçá; e/ou da produção de 4 textos para publicação e das 3 apresentações de trabalho referente ao Projeto; c) extensão, tanto através das 5 reuniões virtuais, abertas para os estudantes do IF Baiano e comunidade externa, para apresentar e debater textos científicos, quanto pela distribuição das 50 cestas com alimentos e 100 máscaras artesanais de proteção para minimizar a disseminação da Síndrome Respiratória Aguda Grave do Coronavírus 2 (Sars-CoV-2) – o sentido maior do Projeto Comida e Saúde em Tempos de *Coronavírus* foi a construção da parceira e da solidariedade interinstitucional, ou seja, das tessituras qualitativas.

O sentido maior foi a capacidade de mobilizar e de agir das várias mulheres que conceberam, executaram e experimentaram um ato-limite a partir do Projeto. Estas mulheres, em comunicação e cientes da capacidade de superar situações-limites, desafiaram suas distintas dimensões espaço-temporais, juntaram seus retalhos e se debruçaram na utopia que é cingir a colcha do inédito viável através de uma prática educativa de ensino-pesquisa-extensão no Vale do Jiquiriçá. Sigamos, pois o inédito viável acontecerá de baixo para cima, partindo dos países periféricos pelas mãos, pelas pernas e pelo pensar das mulheres.

REFERÊNCIAS

ALEM, Daniel *et al*. Segurança Alimentar e Soberania Alimentar: construção e desenvolvimento de atributos. In: XX ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA: desenvolvimento latino-americano: integração e inserção internacional, 20., 2015, Foz do Iguaçu-PR. Anais XX Encontro Nacional de Economia Política. Foz do Iguaçu-PR: UNILA/SEP, 2015. p. 1-25.

CIEPTER. CONGRESSO INTERNACIONAL ON LINE DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, TERRITÓRIOS E RESISTÊNCIAS, 1., 2020, Serrinha-Ba, 21 a 30 de setembro de 2020.

CUSTÓDIO, Marta Battaglia; FURQUIM, Nelson Roberto; SANTOS, Greice Maria Mansini dos; CYRILLO, Denise Cavallini. Segurança alimentar e nutricional e a construção de sua política: uma visão histórica. **Revista Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, v. 18, n. 1, p. 1-10, 2011.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996. (Coleção Leitura).

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança**: um reencontro com a pedagogia do oprimido. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação?** 8ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GUTIÉRREZ, Hernando Vaca. Extensão/comunicação. In: STRECK, Danilo Romeu. REDIN, Euclides. ZITKOSKI, Jaime José (Orgs). **Dicionário Paulo Freire**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. p. 292-293.

HOYOS, Claudia Janet Cataño; D'AGOSTINI, Adriana. Segurança Alimentar e Soberania Alimentar: convergências e divergências. **Revista NERA**, v. 20, n. 35, p. 174-198, 2017.

RIGOTTO, Raquel Maria. ROSA, Islene Ferreira. Agrotóxicos. In: CALDART, Roseli Salete et. al. (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 88-96.

STEDILE, João Pedro. CARVALHO, Horacio Martins de. Soberania alimentar. In: CALDART, Roseli Salete et. al. (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 716-725.